

GYBR Energy Subholding S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
GYBR Energy Subholding S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GYBR Energy Subholding S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GYBR Energy Subholding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Gastos compartilhados

Identificamos que a Companhia possui gastos reconhecidos na sua controladora GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (gastos com pessoal e despesas gerais e administrativas), os quais estão associados a serviços prestados a outras empresas do Grupo, incluindo à Companhia, e que não foram devidamente alocados nas respectivas entidades. Não nos foi possível obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para avaliar os montantes envolvidos em uma possível realocação, e, portanto, não nos foi possível concluir se algum ajuste material deveria ser realizado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Adriana Dantas Ribeiro
Contadora
CRC nº 1 SP 315637/O-1

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024	PASSIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.640	10	9.713	8.606	Fornecedores		-	65	5.793	5.951
Contas a receber de clientes	7	-	-	3.313	2.183	Obrigações trabalhistas		-	-	63	63
Impostos a recuperar		34	2	294	147	Obrigações fiscais		2	8	364	279
Partes relacionadas	8	-	-	2.538	-	Debêntures e Financiamentos	12	8.274	104.242	8.274	104.242
Outros ativos circulantes		48	-	49	1	Arrendamento	13	-	-	116	94
						Imposto de renda e contribuição social		48	-	1.380	466
						Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	13	34
						Outros passivos circulantes		-	-	1.202	-
Total do ativo circulante		4.723	12	15.907	10.937	Total do passivo circulante		8.324	104.315	17.206	111.129
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Investimento	9	238.076	227.156	-	-	Partes relacionadas	8	27.268	-	2.073	40.780
Partes relacionadas	8	52.872	-	8.089	6.141	Arrendamento	13	-	-	15.017	14.023
Imobilizado	10	-	-	270.385	271.790	Outros passivos não circulantes		-	-	177	83
Outros ativos não circulantes		-	-	172	-	Debêntures e Financiamentos	12	140.554	-	140.554	-
Total do ativo não circulante		290.948	227.156	278.646	277.931	Total do passivo não circulante		167.822	-	157.822	54.886
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15				
						Capital social		134.505	129.258	134.505	129.258
						Lucros e prejuízos acumulados		(14.980)	(6.405)	(14.980)	(6.405)
						Total do patrimônio líquido		119.525	122.853	119.525	122.853
TOTAL ATIVO		295.671	227.168	294.553	288.868	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		295.671	227.168	294.553	288.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	-	-	29.977	11.607
Custos dos serviços prestados	17	-	-	(13.455)	(6.269)
LUCRO BRUTO		-	-	16.523	5.338
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(110)	(121)	(835)	(859)
Equivalência patrimonial	9	10.920	1.014	-	-
Outras receitas e despesas operacionais		-	(42)	(24)	(320)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		10.810	851	15.664	4.159
Despesas financeiras		(19.844)	(7.278)	(21.500)	(9.409)
Receitas financeiras	18	603	29	956	336
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.431)	(6.398)	(4.880)	(4.914)
Imposto de renda e contribuição social (Corrente)	11	(144)	(7)	(3.716)	(1.564)
Imposto de renda e contribuição social (Diferido)		-	-	20	73
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(8.575)	(6.405)	(8.575)	(6.405)
PREJUÍZO POR AÇÕES (EM REAIS)		(0,06)	(0,04)	(0,06)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

DEMONTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(8.575)	(6.405)	(8.575)	(6.405)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(8.575)</u>	<u>(6.405)</u>	<u>(8.575)</u>	<u>(6.405)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	-	-	-	-
Aumento de capital - Nota explicativa 16	215.743	(73.655)	-	142.088
Integralização de capital	-	27.970	-	27.970
Redução de capital	(40.800)	-	-	(40.800)
Prejuízo do exercício	-	-	(6.405)	(6.405)
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	174.943	(45.685)	(6.405)	122.853
Integralização de capital	-	5.247	-	5.247
Prejuízo do exercício	-	-	(8.575)	(8.575)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	174.943	(40.438)	(14.980)	119.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(8.575)	(6.405)	(8.575)	(6.405)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais:					
Juros sobre arrendamentos	13	-	-	1.609	1.514
Juros sobre debêntures e financiamentos	12	14.875	5.620	14.875	5.620
Depreciação e amortização	10	-	-	8.184	4.288
Impostos diferidos		-	-	(20)	(73)
Baixa de arrendamento	13	-	-	31	520
Apropriação dos custos de transação das debêntures e financiamentos	12	1.569	1.615	1.569	1.615
Resultado Equivalência patrimonial	9	(10.920)	(1.014)	-	-
Resultado na baixa de imobilizado		-	-	282	1.131
		(3.051)	(184)	17.954	8.210
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Redução (Aumento) do Contas a receber de clientes		-	-	(1.130)	(332)
Redução (Aumento) de Impostos a recuperar		(32)	(2)	(147)	(75)
Aumento (Redução) de Fornecedores		(65)	65	(158)	(78.171)
Aumento (Redução) Partes relacionadas		-	-	(39.297)	39.347
Aumento (Redução) Obrigações trabalhistas		-	-	-	(95)
Aumento (Redução) Obrigações fiscais		(5)	7	85	(255)
Aumento (Redução) Imposto de renda e contribuição social		48	1	914	1.504
Aumento (Redução) Outros		(49)	-	694	(36)
		(3.155)	(113)	(21.085)	(29.903)
CAIXA GERADO NAS (CONSUMIDOS PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Pagamento Imposto de renda e contribuição social		-	-	(3.628)	(1.136)
Pagamento de Juros de debêntures e financiamentos		(16.603)	-	(16.603)	-
Pagamento de Juros sobre arrendamento		-	-	(1.556)	(1.514)
CAIXA GERADO NAS (CONSUMIDOS PELAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS		(19.758)	(113)	(42.872)	(32.553)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aquisição de imobilizado		-	-	(5.912)	(34.763)
AFAC e aumento de capital em controladas		(52.872)	(84.055)	-	-
CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(52.872)	(84.055)	(5.912)	(34.763)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação financiamento		150.545	97.007	150.545	97.007
Pagamento de debêntures		(105.800)	-	(105.800)	-
Pagamento de arrendamento		-	-	(101)	(72)
Redução de capital		-	(40.800)	-	(40.800)
Integralização de capital		5.247	27.971	5.247	1.372
Partes relacionadas		27.268	-	-	18.170
Caixa líquido das controladas advindo da reorganização societária		-	-	-	245
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		77.260	84.178	49.891	75.922
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO DE CAIXA					
		4.630	10	1.107	8.606
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		10	-	8.606	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		4.640	10	9.713	8.606
ACRÉSCIMO (DECRÉSCIMO) LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		4.630	10	1.107	8.606

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GYBR Energy Subholding S.A. (“Companhia”), constituída em 3 de agosto de 2023, é uma sociedade anônima, domiciliada na Alameda dos Arapanes, 1441, 6º andar - bairro Moema, CEP:04.524-003 inscrita no CNPJ sob o nº 51.675.652/0001-67. A Companhia tem por objeto social as atividades de Holding de instituições não-financeiras e Gestão e administração da propriedade imobiliária. A Companhia é controlada integralmente pela GreenYellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“GYBR”) - empresa especializada em Eficiência Energética, Energia Solar e Gestão de Energia.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas, apresentas a seguir:

- GY UFV BILLINGS VII.
- GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP
- GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014
- GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025
- GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026
- GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027
- UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA
- GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULTORIA
- UFV GYBR V CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA
- GRENYELLOW UFV GUAIBA I CONSULTORIA
- UFV GYBR III CONSULTORIA EM GESTAO E INS
- UFV GYBR XXVII
- UFV GYBR XXX
- UFV BR XIX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.
- UFV BR XIV EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
- UFV BR XII EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.
- UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 43,2 MWp(*) (24,9MWp em 31 de dezembro de 2024), conectados e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais, conforme detalhado abaixo:

Empresa	Mwp	Status	Data da conexão
GREENYELLOW UFV AMERICO CAMPOS I	6,9	EM OPERAÇÃO	12/2023
GREENYELLOW UFV GESTÃO E INSTALAÇÃO 014	6,7	EM OPERAÇÃO	12/2024
GREENYELLOW UFV GESTÃO E INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA 025 LTDA. (SALA 2Y)	3,3	EM OPERAÇÃO	12/2023
GREENYELLOW UFV GESTÃO E INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA 026 LTDA. (SALA 2Y)	3,3	EM OPERAÇÃO	12/2023
GREENYELLOW UFV GESTÃO E INSTALAÇÃO FOTOVOLTAICA 027 LTDA.	3,3	EM OPERAÇÃO	05/2024
UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INSTALACAO FOTOVOLTAICA	1,4	EM OPERAÇÃO	01/2023
GREENYELLOW UFV VENANCIO AIRES I	1,4	EM OPERAÇÃO	01/2023
UFV GYBR V CONSULTORIA EM GESTAO E INSTALACAO FOTOVOLTAICA L	1,4	EM OPERAÇÃO	02/2023
GREENYELLOW UFV GUAIBA I	0,8	EM OPERAÇÃO	10/2023
UFV GYBR III CONSULTORIA EM GESTAO E INSTALACAO FOTOVOLTAICA	1,0	EM OPERAÇÃO	11/2023
UFV GYBR XXVII CONSULTORIA EM GESTAO E INSTALACAO FOTOVOLTAI	3,6	EM OPERAÇÃO	11/2023
UFV GYBR XXX CONSULTORIA EM GESTAO E INSTALACAO FOTOVOLTAICA	3,0	EM OPERAÇÃO	11/2023
UFV BR XII EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	1,4	EM OPERAÇÃO	11/2023
UFV BR XIV EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	1,4	EM OPERAÇÃO	13/2023
UFV BR XIX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	0,9	EM OPERAÇÃO	10/2023
UFV BR XXVI EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	3,4	EM OPERAÇÃO	08/2023

(*) Unidade de produção energética igual a energia produzida pela operação contínua de um megawatt de capacidade durante um período. Mwax é a potência nominal e MWp a potência pico de placas.

1.1. Reorganização Societária

No exercício de 2024, com o propósito de angariar recursos, a Companhia planejou e realizou uma reorganização societária. Essa iniciativa foi impulsionada pelo compromisso de buscar um crescimento estratégico. As entidades hoje consolidadas eram controladas pela GYBR,. Por meio de aumento de capital realizado na Companhia, a GYBR conferiu à Companhia a participação societária nas referidas entidades.

Os acervos líquidos das entidades aportadas foram apurados na data-base de 31 de janeiro de 2024, por meio de laudo de avaliação elaborado por terceiros, a valores contábeis, e que serviram de base para o aumento de capital na Companhia, no montante de R\$142.087, conforme abaixo:

	UFV BR XIX	UFV BR XIV	UFV BR XII	UFV BR XXVI	UFV GYBR II	VENANCIO AIRES I	UFV GYBR V	UFV GUAIBA I	UFV GYBR III	UFV GY BR XXVII	UFV GYBR XXX	AMERICO CAMPOS I	GESTAO 014	GESTAO 025	GESTAO 026	GESTAO 027	Total
Ativo circulante																	
Caixa e equivalentes de caixa	6	78	10	9	68	-	36	2	10	3	-	-	-	-	-	23	245
Contas a receber de clientes	-	208	-	944	254	230	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.776
Impostos a recuperar	2	-	-	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	72
Ativo não circulante																	
Contas a receber de clientes	-	20	-	-	6	18	8	-	-	23	-	-	-	-	-	-	75
Imobilizado	8.690	11.106	12.323	23.544	10.481	10.283	10.636	8.844	10.717	12.709	13.883	30.821	26.415	17.353	16.890	18.520	243.215
Passivo Circulante																	
Adiantamentos	(6)	-	(104)	(7)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(118)
Arrendamento	(2)	(4)	(5)	-	(6)	(4)	(5)	(2)	(3)	(13)	(14)	(31)	(11)	(4)	(5)	(12)	(121)
Fornecedores	(548)	(98)	(54)	(33)	(127)	(53)	(34)	(15)	(311)	(1.914)	(175)	(3.280)	(571)	(1.931)	(1.276)	(1.624)	(12.044)
Imposto de renda e contribuição social	-	(24)	-	-	(32)	(18)	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(98)
Obrigações trabalhistas	(19)	-	(3)	(16)	-	-	-	(5)	-	-	-	(31)	(6)	(26)	(38)	(14)	(158)
Obrigações tributárias	(12)	(15)	(35)	(83)	(19)	(16)	(13)	(26)	(26)	(1)	(4)	(221)	(8)	(15)	(16)	(24)	(534)
Partes relacionadas	(207)	(1)	(218)	(410)	-	-	-	(323)	(64)	(1.270)	(1.228)	-	-	-	-	-	(3.721)
Tributos Diferidos	-	(2)	-	(101)	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)
Passivo não circulante																	
Arrendamento	(261)	(485)	(699)	-	(724)	(465)	(654)	(297)	(308)	(1.611)	(1.798)	(2.445)	(2.141)	(810)	(979)	(854)	(14.531)
Fornecedores	(1.406)	(2.619)	(2.598)	(7.447)	(2.757)	(2.757)	(2.758)	(1.203)	(1.938)	(4.699)	(5.441)	(8.936)	(8.746)	(6.167)	(6.166)	(6.226)	(71.864)
Acervo líquido	6.237	8.164	8.617	16.401	7.150	7.213	7.339	6.975	8.077	3.227	5.223	15.877	14.932	8.400	8.410	9.845	142.087

1.2. Situação financeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo na controladora de R\$3.660 e negativo no consolidado de R\$1.299 (R\$104.303 e R\$100.192 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024) e, patrimônio líquido positivo, na controladora e no consolidado, de R\$119.573 (R\$122.853 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Companhia mantém saldo de prejuízos acumulados na controladora e consolidado de R\$14.980 (R\$6.405 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

A Administração da Companhia entende que não existe risco de continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes se referem às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da implantação das UFV's e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda firmados seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia entende que as operações das UFVs serão capazes de gerar caixa suficiente para atender suas obrigações, e que conta com o suporte financeiro de suas controladoras direta e indiretas, seja por meio do aporte de recursos adicionais, seja pela renegociação dos termos e condições para o pagamento das obrigações existentes.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais - R\$. A moeda funcional da Companhia é o real - R\$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de maio de 2025.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1. Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no pronunciamento técnico CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do pronunciamento técnico CPC 38/IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, que é a principal categoria de instrumentos financeiros da Companhia.

Reconhecimento de perda de crédito esperada

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial.

Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses.

Para as contas a receber, essa avaliação é realizada por meio de análise da saúde financeira do cliente e histórico inadimplência como base para avaliar o valor recuperável dos títulos em aberto.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável.

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 “Instrumentos financeiros”, o modelo de “impairment” para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

3.2. Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o pronunciamento técnico CPC32/ IAS12.

3.3. Arrendamentos

(i) Companhia como arrendadora

Os arrendamentos nos quais a Companhia é a arrendadora são classificados como arrendamentos operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da Companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

(ii) Companhia como arrendatária

Os ativos mantidos em arrendamento financeiro são reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo ou, se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, determinado no início do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é incluído no balanço patrimonial como obrigação de arrendamento financeiro.

Os pagamentos de arrendamento são distribuídos entre despesas financeiras e redução da obrigação de arrendamento, a fim de atingir uma taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. As despesas financeiras são reconhecidas imediatamente no resultado, a menos que sejam diretamente atribuídas aos ativos qualificáveis, caso em que são capitalizadas de acordo com a política geral da Companhia relacionada a custos de empréstimos. Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos em que são incorridos, caso aplicável.

Os principais contratos de arrendamento financeiro onde a Companhia é arrendatária referem-se aos terrenos utilizados para a instalação dos equipamentos de geração fotovoltaica de suas controladas. Após o efetivo início de operação e/ou as devidas regularizações a Companhia firma Contrato de Cessão de Direito de Uso dos terrenos outrora locados com suas controladas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (locação de imóveis, equipamentos de informática e equipamentos operacionais em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A Companhia determinou sua taxa incremental de 12,17% ao ano, aplicada sobre os passivos de arrendamento, para os contratos onde é arrendatária, a partir de taxas de juros obtidas de várias fontes externas de financiamento.

4. ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO IASB E CPC.

4.1. Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações no CPC 02/IAS 21	Determinar se uma moeda é conversível e como deve ser determinada uma taxa de câmbio à vista quando da falta de conversibilidade.	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.	01/01/2025

Não houve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia na aplicação das alterações mencionadas.

4.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes

Normas	Descrição	Vigência a partir de
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Melhora nos critérios de reconhecimento, desreconhecimento e divulgação nos Instrumentos Financeiros.	01/01/2026
Alterações ao CPC 40 (R1)/ IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9	Contratos que referenciem a eletricidade dependente da natureza.	01/01/2026
Adoção ao IFRS 18	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
Adoção ao IFRS 19	Divulgação de Subsidiárias sem responsabilidade pública.	01/01/2027
Adoção ao IFRS S2	Divulgações relacionadas ao clima.	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture”.	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas demonstrações financeiras.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável - “impairment” e vida útil de imobilizado - nota explicativa nº 10.
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do leasing e da taxa de juros incremental - nota explicativa nº 13.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações em Compromissadas e CDBs de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 1 dia a partir da data da aplicação. A taxa de rendimento associada à aplicação financeira varia entre de 92% a 95% do CDI.

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Caixa e bancos	796	-	3.918	-
Aplicações financeiras	3.844	10	5.795	8.606
	<u>4.640</u>	<u>10</u>	<u>9.713</u>	<u>8.606</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES - Consolidado

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais e corrigidos a valor presente, quando aplicáveis, deduzidos de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Circulante</u>		
Contas a receber de cliente	3.286	1.841
Provisão de Clientes	122	342
Provisão para perda de recebíveis	(95)	-
	<u>3.313</u>	<u>2.183</u>

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	2.260	1.720
Vencido de 1 a 30 dias	388	22
Vencido de 31 a 180 dias	246	-
Vencido há mais de 180 dias	392	99
	<u>3.286</u>	<u>1.841</u>

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Partes Relacionadas

Controladora

	Ativo (i)	Passivo (ii)
Partes Relacionadas	2025	2025
GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP	696	6.617
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014	9.552	1.450
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025	1.482	812
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026	3.181	522
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027	772	561
UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INST	80	2.021
GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULTORIA	59	2.221
UFV GYBR V CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA	24	2.204
GRENYELLOW UFV GUAIBA I CONSULTORIA	857	563
UFV GYBR III CONSULTORIA EM GESTAO E INS	571	2.160
UFV GYBR XXVII	13.697	659
UFV GYBR XXX	18.006	772
UFV BR XIX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	1.409	390
UFV BR XIV EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	722	1.390
UFV BR XII EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	974	547
UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV	789	3.466
GYBR ENERGIA E SERVIÇOS LTDA.	-	913
	<u>52.872</u>	<u>27.268</u>

- (iii) Saldo relativo a adiantamentos para futuro aumento de capital da Controladora GYBR Energy Subholding S.A. com o objetivo de ser integralizado ao capital das investidas no decorrer do ano de 2026.
- (iv) A Companhia recebe recursos provenientes das SPEs nos termos dos respectivos contratos de cessão fiduciária. Referidos contratos estabelecem que 30% da receita auferida dos clientes e creditada nas contas escrow das SPEs seja destinado à conta de livre movimentação das SPEs. O montante remanescente permanece nas contas escrow e é automaticamente transferido para a conta centralizadora da Holding mensalmente, com a finalidade de amortização do serviço da dívida. Os valores em questão não estão sujeitos à juros.

Consolidado

	Ativo(i) 2025	Passivo(i) 2025	Compras do período 2025
<u>Curto prazo</u>			
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA	2.538	-	-
<u>Longo Prazo</u>			
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA (i) (ii)	8.059	1.955	5.273
UFV BR XVIII CONS EM GESTÃO E INST FOTOV LTDA.	11	-	-
UFV BR XXIX EQUIP E SERV DE ENGENHARIA LTDA.	11	-	-
UFV GY BIRIGUI III INSTALACAO FOTOVOLTAICA LTDA.	7	-	-
GREENYELLOW UFV GESTÃO E INST FOTOV 001 LTDA.	1	-	-
UFV BR XXXI EQUIP E SERV DE ENGENHARIA LTDA.	-	118	-
	<u>10.627</u>	<u>2.073</u>	<u>5.273</u>

Consolidado

	Ativo(i) 2024	Passivo(i) 2024	Compras do período 2024
GREENYELLOW DO BRASIL ENERGIA (i) (iii)	6.118	40.744	915
UFV BR XXXI	-	36	-
UFV BR XXVII	23	-	-
	<u>6.141</u>	<u>40.780</u>	<u>915</u>

- (i) Mútuos: Refere -se a captação de recursos entre empresas do grupo. Os mútuos não têm prazo de vencimento determinado e não incidem encargos nem atualização.
- (ii) Dentro do saldo de R\$1.9MM do passivo, 913 mil é relativo a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) da Greenyellow do Brasil Energia para a GYBR Energy Subholding, a ser integralizado durante o ano de 2026.
- (iii) Saldo de 40MM é composto da seguinte forma: 18MM relativo a mútuos e 22MM relativo a Greenyellow do Brasil Energia como fornecedor de equipamentos.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADORAS

9.1 Participação em controladas

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Nome	Classificação	2025	Patrimônio Líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial
GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP	Controle	100%	33.301	33.301	4.229	4.229
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014	Controle	100%	22.131	22.131	1.555	1.555
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025	Controle	100%	17.975	17.975	453	453
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026	Controle	100%	16.980	16.980	467	467
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027	Controle	100%	26.292	26.292	100	100
UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INST	Controle	100%	11.076	11.076	695	695
GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULTORIA	Controle	100%	11.437	11.437	796	796
UFV GYBR V CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA	Controle	100%	11.386	11.386	627	627
GRENYELLOW UFV GUAIBA I CONSULTORIA	Controle	100%	8.162	8.162	8	8
UFV GYBR III CONSULTORIA EM GESTAO E INS	Controle	100%	10.347	10.347	337	337
UFV GYBR XXVII	Controle	100%	6.820	6.820	(21)	(21)
UFV GYBR XXX	Controle	100%	8.784	8.784	161	161
UFV BR XIX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	6.223	6.223	262	262
UFV BR XIV EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	Controle	100%	11.104	11.104	130	130
UFV BR XII EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	Controle	100%	10.672	10.672	(18)	(18)
UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV	Controle	100%	25.386	25.386	1.138	1.138
			<u>238.076</u>	<u>238.076</u>	<u>10.920</u>	<u>10.920</u>

Nome	Classificação	2024	Patrimônio Líquido	Investimento	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência Patrimonial
GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP	Controle	100%	29.071	29.071	740	740
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014	Controle	100%	20.576	20.576	(359)	(359)
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025	Controle	100%	17.522	17.522	(153)	(153)
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026	Controle	100%	16.513	16.513	(166)	(166)
GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027	Controle	100%	26.192	26.192	(179)	(179)
UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INST	Controle	100%	10.381	10.381	459	459
GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULTORIA	Controle	100%	10.641	10.641	634	634
UFV GYBR V CONSULTORIA EM GESTAO E INSTA	Controle	100%	10.759	10.759	642	642
GRENYELLOW UFV GUAIBA I CONSULTORIA	Controle	100%	8.154	8.154	(83)	(83)
UFV GYBR III CONSULTORIA EM GESTAO E INS	Controle	100%	10.010	10.010	(57)	(57)
UFV GYBR XXVII	Controle	100%	6.841	6.841	(497)	(497)
UFV GYBR XXX	Controle	100%	8.623	8.623	(228)	(228)
UFV BR XIX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA.	Controle	100%	5.961	5.961	96	96
UFV BR XIV EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	Controle	100%	10.974	10.974	189	189
UFV BR XII EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.	Controle	100%	10.690	10.690	(488)	(488)
UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV	Controle	100%	24.248	24.248	464	464
			<u>227.156</u>	<u>227.156</u>	<u>1.014</u>	<u>1.014</u>

9.2 Movimentação de investimento

	GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027	UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INST	GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULT	UFV GYBR V CONSULT. EM GESTAO E INSTA	GRENYELLO W UFV GUAIBA I CONSULT	UFV GYBR III CONSULT EM GESTAO E INS	UFV GYBR XXVII	UFV GYBR XXX	UFV BR XIX SERVICOS DE ENG LTDA	UFV BR XIV EQUIP IND LTDA	UFV BR XII EQUIP IND LTDA	UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	29.071	20.576	17.522	16.513	26.192	10.381	10.641	10.759	8.154	10.010	6.841	8.623	5.961	10.974	10.690	24.248	227.156
Equivalência patrimonial	4.229	1.555	453	467	100	695	796	627	8	337	(21)	161	262	130	(18)	1.138	10.920
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	33.300	22.131	17.975	16.980	26.292	11.076	11.437	11.386	8.162	10.347	6.820	8.784	6.223	11.104	10.672	25.386	238.076
	GY UFV AMERICO CAMPOS I INST - SP	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 014	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 025	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 026	GY UFV GESTAO E INST. FOTOV. 027	UFV GYBR II CONSULTORIA EM GESTAO E INST	GY UFV VENANCIO AIRES I CONSULT	UFV GYBR V CONSULT. EM GESTAO E INSTA	GRENYELLO W UFV GUAIBA I CONSULT	UFV GYBR III CONSULT EM GESTAO E INS	UFV GYBR XXVII	UFV GYBR XXX	UFV BR XIX SERVICOS DE ENG LTDA	UFV BR XIV EQUIP IND LTDA	UFV BR XII EQUIP IND LTDA	UFV BR XXVI CONS EM GESTAO E INST FOTOV	Total
Saldos finais 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização societária (i)	15.877	14.932	8.400	8.410	9.845	7.150	7.213	7.339	6.975	8.077	3.227	5.223	6.237	8.164	8.617	16.401	142.087
Aumento de Capital (ii)	12.454	6.003	9.275	8.269	16.526	2.772	2.794	2.778	1.262	1.990	4.111	3.628	-	2.621	2.561	7.383	84.427
Redução de capital (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(372)	-	-	-	(372)
Equivalência patrimonial	740	(359)	(153)	(166)	(179)	459	634	642	(83)	(57)	(497)	(228)	96	189	(488)	464	1.014
Saldos finais 31 de dezembro de 2024	29.071	20.576	17.522	16.513	26.192	10.381	10.641	10.759	8.154	10.010	6.841	8.623	5.961	10.974	10.690	24.248	227.156

- (i) Conforme acervo líquido divulgado na nota explicativa nº 1, que demonstra a composição dos saldos advindos da reorganização societária, de acordo com o ato societário de aumento de capital. O acervo líquido foi recebido via conferência de participação societária da GYBR à Companhia e não teve efeito caixa (conforme divulgado na nota explicativa nº 20).
- (ii) Durante o exercício 2024 foram realizadas reduções de capital pela controladora, em espécie.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição e reposição dos equipamentos. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorrido.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Unidade Fotovoltaica	30
Direito de Uso	10 a 30

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2025 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Descrição	Taxa anual média de depreciação %	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências	Remensuração	Depreciação	31.12.2025
Unidade fotovoltaica	3%	128.135	4.909	(282)	131.895	-	(7.680)	256.977
Imobilizado em andamento - fotovoltaico		130.892	1.002		(131.895)	-	-	-
Direito de uso	3,33% a 10%	12.763				1.150	(504)	13.409
		271.790	5.912	(282)	-	1.150	(8.184)	270.385

Descrição	Taxa anual média de depreciação %	Reestruturação	Adições	Baixas	Transferências	Remensuração	Depreciação	31.12.2024
Unidade fotovoltaica	3%	42.612	1.374	(109)	88.078	-	(3.820)	128.135
Imobilizado em andamento - fotovoltaico		186.389	33.603	(1.022)	(88.078)	-	-	130.892
Direito de uso	3,33% a 10%	14.214	-	(530)	-	(453)	(468)	12.763
		243.215	34.977	(1.661)	-	(453)	(4.288)	271.790

10.1. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("impairment test") tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente, a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

O cálculo do valor em uso é realizado por meio da análise das projeções dos fluxos de caixa futuros gerados pelas operações da UGC, descontados a uma taxa de 12,17%. A avaliação do valor em uso envolve um cuidadoso exame de diversas premissas e estimativas, que estão alinhadas com as informações disponíveis na data da avaliação. Essas premissas incluem projeções de receitas, custos operacionais, taxas de desconto e fatores macroeconômicos relevantes. As projeções financeiras são baseadas em planos de negócios detalhados, levando em consideração tanto as tendências históricas quanto as expectativas de desenvolvimento do mercado fotovoltaico. A determinação da taxa de desconto apropriada para trazer a valor presente os fluxos de caixa futuros exige o exercício de julgamento por parte da Companhia. Neste caso, a taxa de desconto selecionada é de 12,17%, refletindo os riscos específicos associados à UGC.

Quando evidências de perda de valor são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

No atual exercício, após análises detalhadas e considerando a evolução das condições econômicas e de mercado, a Companhia não identificou perda de recuperabilidade.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política Contábil

Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro presumido. Neste regime, o cálculo do imposto de renda da Pessoa jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é baseado em uma presunção de lucro, simplificando a apuração dos tributos em relação ao Lucro Real. A opção do Lucro Presumido é permitida para empresas que se enquadram nos limites de faturamento anual pela legislação vigente.

Impostos diferidos

O imposto diferido é o devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias tributáveis.

- O valor do contrato de aluguel varia conforme a quantidade de energia creditada ao cliente. A energia que é injetada na rede pela usina é medida pela concessionária resultando em créditos ao cliente. Devido a discrepâncias temporais na aquisição dos créditos de energia, é realizada uma provisão de receita, consequentemente, um cálculo de imposto diferido. Quando a concessionária disponibiliza os créditos ao cliente e a Companhia tem acesso aos números, é elaborado o boletim de medição que dá base para emissão do documento de cobrança de locação. Nesse momento, ocorre a reversão da provisão anteriormente registrada e o registro definitivo da receita.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui os seguintes valores de Imposto de renda e contribuição social:

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Receitas</u>				
Receita Operacional		-	31.608	13.022
Receitas Financeiras	598	29	887	504
Receitas Totais	<u>598</u>	<u>29</u>	<u>32.495</u>	<u>13.526</u>
<u>Base para cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social</u>				
(Presunção de 32% da receita operacional mais receita financeira)	598	29	11.002	4.671
Imposto de Renda Pessoa Jurídica 15%	90	4	1.650	701
Adicional Imposto de Renda Pessoa Jurídica 10%	-	-	1.076	443
Despesa com Imposto de Renda	90	4	2.726	1.144
Contribuição Social 9%	54	3	990	420
Despesa com Contribuição Social	<u>54</u>	<u>3</u>	<u>990</u>	<u>420</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(144)</u>	<u>(7)</u>	<u>(3.716)</u>	<u>(1.564)</u>
Alíquota efetiva	24%	24%	34%	33%

12. DEBÊNTURES E FINANCIAMENTO

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Circulante</u>				
Debêntures (a)	-	105.420	-	105.420
Financiamento (b)	9.184	-	9.184	-
Custo de transação	(910)	(1.178)	(910)	(1.178)
	<u>8.274</u>	<u>104.242</u>	<u>8.274</u>	<u>104.242</u>
<u>Não circulante</u>				
Financiamento (b)	144.708	-	144.708	-
Custo de transação	(4.154)	-	(4.154)	-
	<u>140.554</u>	<u>-</u>	<u>140.554</u>	<u>-</u>
Total	<u>148.828</u>	<u>104.242</u>	<u>148.828</u>	<u>104.242</u>

a) Debêntures

A Companhia emitiu 99.800 debêntures em 22 de abril de 2024, de acordo com a “ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 4 (QUATRO) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.” e o “PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 4 (QUATRO) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.” no valor de R\$99.800 sendo R\$53.000 na primeira série, R\$6.000 corresponde às debêntures da segunda série, e R\$40.800 corresponde a terceira série. As principais características das debêntures são:

- Número de Séries: Com a alteração realizada no aditamento, a Emissão será realizada em 3 (três) séries (em conjunto, as “Séries” e, individual e indistintamente, “Série”), sendo (i) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série (**“Primeira Série”**) doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”; (ii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série (**“Segunda Série”**) doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”; (iii) as Debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da terceira série (**“Terceira Série”**) doravante denominadas “Debêntures da Terceira Série”.
- Forma: Nominativa e escritural
- Emissão: 22 de abril de 2024
- Vencimento: 22 de abril de 2025
- Juros: 100 % DI+ spread de 1,4% ao ano
- Espécie: Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (três) Séries
- Garantias:
 - Alienação fiduciária da totalidade das ações subscritas e integralizadas, subscritas e não integralizadas, atuais e futuras, de emissão da Emissora e de titularidade da Fiadora (“Alienação Fiduciária de Ações”), bem como da totalidade das quotas das SPEs de titularidade da Emissora (“Alienação Fiduciária de Quotas”), nos termos dos respectivos instrumentos: o “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Fiadora e o Agente Fiduciário, com interveniência e anuência da Emissora, e o “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas”, a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, com interveniência e anuência das SPEs.
- Conversibilidade em ações: Não conversíveis.
- Amortização: Ressalvadas as hipóteses de pagamento em decorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Take Out ou Amortização Extraordinária Compulsória, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.
- Para todos os fins e efeitos legais a data de início da rentabilidade das Debêntures será a primeira Data de Integralização.

- Vencimento antecipado: Caso encontra-se inadimplente em relação aos termos iniciais contratados na Escritura de Debenture, inicia-se assim as condições para o vencimento antecipado da dívida, ou seja:
 - Não pagamento pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas
 - Falência, extinção, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial de uma das partes
 - Recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou SPEs Fiadoras
 - Transformação do tipo de sociedade
 - Invalidade, nulidade ou inexecutabilidade dos Documentos da Emissão, bem como questionamento de sua validade, eficácia e/ou executabilidade.
 - Transferência ou cessão à terceiros da parcela ou totalidade das ações de emissão da Emissora detida pela Garantidora sem devida autorização dos Debenturistas ou cumprimento das obrigações da Escritura de Debentures
 - Caso a Emissora deixe de obter 100% das quotas de emissão das SPEs
 - Decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação decorrente de contrato financeiro assumida pela Emissora decorrente de quaisquer captações realizadas no mercado financeiro e/ou de capitais, no Brasil ou no exterior, em montante individual ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), bem como vencimento antecipado de contratos no mesmo valor assumidos pelas SPEs fiadoras
 - Redução de capital social da Emissora, exceto (a) se aprovado previamente pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, para absorção dos prejuízos acumulados ou pela redução do capital social da Emissora que resulte em restituição ao acionista da Emissora.
 - Reorganização societária Emissora e SPEs Fiadoras. Cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora e/ou de quotas das SPEs Fiadoras, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou as SPEs Fiadoras, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas

b) Liquidação das debêntures e contratação de Financiamento

Em 28 de março de 2025, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES e recebeu o valor de R\$156.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), dividido em seis subcréditos. O valor recebido foi utilizado para quitar de forma antecipada as debêntures de que tratam essas demonstrações financeiras, no item a) acima.

- Subcrédito “A” - No valor de R\$39.100.000,00 - Destinado à implantação de 3 (três) usinas fotovoltaicas (“UFV”).
- Subcrédito “B” - No valor de R\$33.600.000,00 - Destinado à implantação de 6 (seis) usinas fotovoltaicas (“UFV”).
- Subcrédito “C” - No valor de R\$19.100.000,00 - Destinado à implantação de 1 (uma) usinas fotovoltaicas (“UFV”).
- Subcrédito “D” - No valor de R\$23.300.000,00 - Destinado à implantação de 2 (duas) usinas fotovoltaicas (“UFV”).
- Subcrédito “E” - No valor de R\$10.900.000,00 - Destinado à implantação de 1 (uma) usinas fotovoltaicas (“UFV”).

- Subcrédito “F” - No valor de R\$30.000.000,00 - Destinado à implantação de 3 (três) usinas fotovoltaicas (“UFV”).

O vencimento do financiamento é conforme segue:

- Subcréditos “A” a “E” - 15 de junho de 2044
- Subcrédito “F” - 15 de junho de 2040

Juros remuneratórios:

- Subcréditos “A” a “E”: IPCA + 8,193% a.a.
- Subcrédito “F”: 2,82% a.a.

Garantias:

O contrato possui a Greenyellow Brasil como Interveniente e possui as seguintes garantias (i) Penhor de Ações, (ii) Penhor dos Equipamentos (Subcréditos B,C,D,E,F), (iii) Cessão Fiduciária dos recebíveis (Subcréditos B e F) e (iv) Fiança Bancária (até completion financeiro).

Obrigações Especiais relacionadas com a fiança bancária

Além da exigência de cumprimento, até a liquidação da dívida decorrente, das disposições aplicáveis aos contratos do BNDES, disponíveis na página oficial na Internet (www.bndes.gov.br), destacamos as seguintes obrigações especiais cabíveis a Companhia:

- Sem prévia autorização do BNDES, não realizar cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, que implique alteração do controle, direto ou indireto.
- Somente reduzir o capital social de qualquer das SPEs mediante o depósito da integralidade dos recursos oriundos da redução de capital social na “Conta Centralizadora da Subholding”, movimentável somente pelo Banco Administrador definido no contrato de cessão.
- Sem a prévia e expressa anuência do BNDES, não promover a criação de subsidiárias ou deter participação no capital social de outras sociedades que não as SPEs.
- Apurar, a partir do exercício fiscal de 2025, durante toda a vigência do Contrato, ICSD Consolidado, por meio de demonstrativos financeiros consolidados e auditados, por auditores independentes cadastrados na Comissão de Valores Mobiliários, observada a metodologia de cálculo definida no Contrato. No exercício fiscal de 2025, o ICSD Consolidado apurado, foi de 1,09 o que impede a liberação da fiança bancária, redução de capital pela Emissora e distribuição de dividendos acima de 25% do lucro líquido pela Emissora e não acarreta nenhum evento de vencimento antecipado.

- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, acima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício anterior, salvo se (a) prévia e expressamente autorizado pelo BNDES ou (b) cumpridos cumulativamente os seguintes requisitos:
 - (i) Declaração da conclusão do projeto pelo BNDES, nos termos do Contrato vigente.
 - (ii) Atingimento do ICSD Consolidado, no exercício anterior, igual ou superior a 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), apurado nos termos previstos.
 - (iii) Manutenção da relação de Patrimônio Líquido sobre Ativo Total mínima de 20% (vinte por cento), após a distribuição.
 - (iv) Preenchimento integral da “Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES” com o saldo mínimo, nos termos do contrato de cessão.
 - (v) Comprovação de geração mínima do projeto de 78 GWh (referida no centro de gravidade), no período de 12 (doze) meses consecutivos anteriores ao mês de distribuição, observado que tal número será ajustado para baixo em cada ano após o início da operação comercial do PROJETO em virtude da degradação dos módulos fotovoltaicos, fixada em 0,45% por ano.
 - (vi) Inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e das intervenientes perante o Sistema BNDES.

Vencimento antecipado

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, caso descumpra as cláusulas de vencimento antecipado determinadas em contrato. As principais se encontram listadas abaixo:

- Houver sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia e/ou pelas SPEs, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- Falsificação de declarações apresentadas.
- Ante pedido de recuperação judicial, extrajudicial, autofalência, bem como a decretação de falência ou liquidação da Companhia e/ou das intervenientes SPEs.
- Descumprimento das obrigações relativas às garantias, assumidas.
- Diante da prática pela Companhia e/ou pelas SPEs de:
 - (i) Das condutas de oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade deste Contrato.
 - (ii) De atos lesivos, infrações ou crimes contra as ordens econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável.

- Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia e/ou das SPEs, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.
- Mediante a não renovação, ao cancelamento, a revogação, a intervenção, a extinção ou a suspensão por mais de 30 (trinta) dias das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as exigidas para construir, operar e manter o projeto.
- Houver alteração da finalidade e do escopo do projeto, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
- Exista ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial ou arbitral que impeça a conclusão ou a continuidade da operação do projeto.
- Ante ao descumprimento de obrigações do contrato de cessão.
- Diante da não substituição da(s) Carta(s) de Fiança bancária no prazo estabelecido.

12.1. Movimentação: Debêntures e Financiamentos:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro 2024	-
Captação	99.800
Custos de transação	(2.793)
Juros provisionados	5.620
Apropriação do custo de transação	1.615
Saldo em 31 de dezembro 2024	104.242
Captação de financiamento	156.000
Custos de transação	(5.455)
Juros provisionados	14.875
Pagamento de juros	(16.603)
Pagamento de principal -Debêntures	(105.800)
Apropriação do custo de transação	1.569
Saldo em 31 de dezembro 2025	148.828

12.2. O fluxo de pagamentos futuros da Dívida são os seguintes:

2026	9.184
2027	8.720
2028 em diante	135.988
Total	153.892

13. ARRENDAMENTO

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$15.134 em 31 de dezembro de 2025 (R\$14.117 em 31 de dezembro de 2024), de acordo com o quadro a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Arrendamento(aluguel) de terrenos	(45.265)	(43.588)
Encargos financeiros	30.131	29.471
	<u>(15.134)</u>	<u>(14.117)</u>
Circulante	(116)	(94)
Não circulante	15.017	14.023
	<u>(15.134)</u>	<u>(14.117)</u>

A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 12,17% a.a. e não houve alterações nos contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

13.1. Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	<u>Passivo de</u> <u>arrendamento</u>
Saldo em 1 de dezembro de 2024	-
Reestruturação	14.652
Remensuração	118
Apropriação de juros	1.514
Pagamentos de juros	(1.514)
Pagamentos do principal	(72)
Baixas	(581)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>14.117</u>
Remensuração	1.096
Apropriação de juros	1.609
Pagamentos dos juros	(1.556)
Pagamento do principal	(101)
Baixas	(31)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>15.134</u>

13.2. Arrendamento valor nominal e AVP de Passivo

	31/12/2025		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	1.729	(1.613)	116
Entre 1 e 2 anos	1.731	(1.606)	125
Entre 2 e 3 anos	1.731	(1.601)	130
Mais de 3 anos	40.074	(25.311)	14.763
	<u>45.265</u>	<u>(30.131)</u>	<u>15.134</u>

	31/12/2024		
	Valor nominal Passivo de arrendamento	(-) AVP de Passivos de arrendamento	Total
Até 1 ano	1.605	(1.511)	94
Entre 1 e 2 anos	1.605	(1.500)	105
Entre 2 e 3 anos	1.605	(1.489)	116
Mais de 3 anos	38.772	(24.970)	13.802
	<u>43.588</u>	<u>(29.470)</u>	<u>14.117</u>

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras estão classificados na categoria de custo amortizado, a seguir:

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>	
<u>Ativo</u>					
Caixa e Equivalente de caixa	4.640	10	9.713	8.606	(A)
Clientes	-	-	3.313	2.183	(A)
Partes Relacionadas	52.872	-	10.627	6.141	(A)
	<u>57.512</u>	<u>10</u>	<u>23.653</u>	<u>16.930</u>	
<u>Passivo</u>					
Debêntures/financiamentos	148.828	104.242	148.828	104.242	(A)
Fornecedores	-	65	5.793	5.951	(A)
Partes Relacionadas	27.268	-	2.073	40.780	(A)
	<u>176.096</u>	<u>104.307</u>	<u>156.694</u>	<u>150.973</u>	

(A) Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação a rubrica de caixa e equivalentes, são efetuadas aplicações automáticas com liquidez diária atreladas ao CDB e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil.

O valor justo de outros instrumentos financeiros, incluindo debêntures/financiamentos e partes relacionadas, descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes.

14.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e aplicações financeiras.
- O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente.

Contas a receber

- Representado pela possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento em valores faturados a seus clientes. O risco de crédito do cliente é administrado por cliente, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a este risco. Como característica dos serviços prestados pela Companhia, o risco de crédito é reduzido pelo fato de seus clientes serem qualificados.
- A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perdas esperadas do contas a receber de clientes.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

- O risco de crédito de saldos com bancos e aplicações financeiras é administrado pela gestão financeira da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma.
- A Companhia tem como política a aplicação de recursos em bancos considerados de primeira linha, compreendendo os 10 maiores bancos por ativos do país, e em aplicações com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.
- A Companhia não faz aplicações em fundos de investimentos onde há risco de ativos desconhecidos.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração, que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais incorridos até o fim do exercício e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2025	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos em diante	Total
Fornecedores	-	-	-	-	-
Parte Relacionadas	-	-	27.268	-	27.268
Debêntures	4.824	4.360	8.720	135.988	153.892

Consolidado

Saldo em 31 de dezembro de 2025	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 ano a 2 anos	De 2 anos em diante	Total
Fornecedores	5.793	-	-	-	5.793
Parte Relacionadas	-	-	2.073	-	2.073
Debêntures	4.824	4.360	8.720	135.988	153.892

(iii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros expostos, demonstrando os eventuais impactos, com base em premissas disponíveis no mercado.

Foram considerados quatro cenários de risco.

Controladora										
Instrumentos	Risco	em 31/12/2025	%	Cenário Provável valor	%	Aumento 25% valor	%	Aumento 50% valor	%	Redução 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2025	CDI	92% do CDI (14,32%)	13,17%	506	16,47%	633	19,76%	760	6,59%	253
Financiamento em 31/12/2025										
Subcréditos "A" a "E"	IPCA	IPCA (4,26%) +8,19%	12,45%	(15.592)	15,56%	(19.490)	18,68%	(23.388)	6,23%	(7.796)
Subcrédito "F"	Fixo	2,82%	2,82%	(808)	3,53%	(1.010)	4,23%	(1.212)	1,41%	(404)
Consolidada										
Instrumentos	Risco	em 31/12/2025	%	Cenário Provável valor	%	Aumento 25% valor	%	Aumento 50% valor	%	Redução 50% valor
Aplicação financeira 31/12/2025	CDI	92% do CDI (12,15%)	13,17%	763	16,47%	954	19,76%	1.145	6,59%	382
Financiamento em 31/12/2025										
Subcréditos "A" a "E"	IPCA	IPCA (4,26%) +8,19%	12,45%	(15.592)	15,56%	(19.490)	18,68%	(23.388)	6,23%	(7.796)
Subcrédito "F"	Fixo	2,82%	2,82%	(808)	3,53%	(1.010)	4,23%	(1.212)	1,41%	(404)

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$134.505 (R\$129.258 em 31 de dezembro de 2024).

Em 3 de agosto de 2023, a Companhia foi constituída, com um capital inicial de R\$1 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas.

Em 10 de janeiro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital de R\$100.000 (cem milhões de reais), mediante a emissão de 100.000 nova ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Com essa alteração, o capital social passou de R\$1 a R\$100.001. A integralização foi realizada mediante à conferência de participações societárias detidas pela controladora GYBR, conforme nota explicativa 1.

Neste mesmo ato, foi aprovado o aumento do capital da sociedade em R\$115.742 (cento e quinze milhões, setecentos e quarenta e dois mil reais) mediante a emissão de 115.742 nova ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas em bens, por meio da conferência e contribuição da totalidade das quotas detidas pela GYBR Holding nos capitais sociais de determinadas sociedades brasileiras, a valor patrimonial de quotas conforme nota explicativa 1. Em virtude das deliberações mencionadas acima, o capital social da Sociedade passa a ser de R\$215.743, com um valor a integralizar de 73.654.

De janeiro a março de 2024 houve integralizações de capital no valor de R\$9.415, este montante foi mediante cessão de créditos.

Em 3 de outubro de 2024, houve redução de capital no valor de R\$40.800 (quarenta milhões e oitocentos mil reais), este montante foi integralmente restituído à acionista GYBR, mediante cancelamento de 40.800 ações, tendo como consequência um capital social em 31 de dezembro de 2024 de R\$174.943.

Em 1 de novembro de 2024, houve uma integralização de capital no valor de R\$17.184, este montante foi mediante cessão de créditos.

De 08 de novembro de 2024 a 20 de dezembro de 2024 houve diversas integralizações de capital mediante aporte em dinheiro, no valor de R\$1.371.

No exercício de 2025 o valor total de capital integralizado no período é de R\$5.247. A parcela remanescente de R\$40.438 será integralizada até 16 de janeiro de 2029.

Quotistas	Ano	Ações detidas	Valor das ações (R\$ mil)	%
Greenyellow do Brasil e	2025	134.505	134.505	100%
Energia e Serviços Ltda	2024	129.258	129.258	100%

16. RECEITA DE SERVIÇOS - Consolidado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

As receitas de O&M, locação de terra e de locação de equipamentos são recebidas mensalmente e estão sendo apresentadas brutas, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre estas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. As receitas de serviços prestados, são reconhecidas quando os serviços são efetuados e é possível que os benefícios econômicos associados sejam recebidos pela Companhia. O reconhecimento é baseado no estágio de conclusão dos serviços e nos termos contratuais acordados com os clientes. A receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

	Consolidado	
	2025	2024
Receita de locação de Equipamento e Terra	28.678	11.806
Receita bruta de Serviços	3.150	921
Provisão de regularização (i)	(370)	-
Provisão Receita (ii)	(220)	(648)
Total	<u>31.238</u>	<u>12.079</u>
Impostos sobre as vendas e serviços	<u>(1.261)</u>	<u>(472)</u>
Receita operacional líquida	<u>29.977</u>	<u>11.607</u>

(v) Provisão mensal realizada na apuração da performance dos contratos conforme definido em contrato. Anualmente os valores são encerrados, restando um saldo a pagar ou a receber com o cliente.

(vi) Receita revertida em ano subsequente, uma vez que as controladas da Companhia provisionaram esta receita como contas a receber de clientes com base nas estimativas referente as receitas incorridas, mas que ainda não foram faturadas. O grupo tem como prática realizar a emissão das notas fiscais de serviços e fatura de cobrança no mês posterior a prestação de serviço ou aceite do cliente no boletim de medição.

17. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

Custos

Os custos correspondem as manutenções das usinas fotovoltaicas para garantir o desempenho de nossos sistemas, investimos em manutenção regular, limpeza, reparos e substituição de componentes desgastados ao longo do tempo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
Depreciações e amortizações	-	-	(8.173)	(4.288)
Serviços Manutenção	-	-	(5.258)	(1.982)
Serviços de terceiros	(108)	(72)	(188)	(560)
Multas	-	(1)	(2)	(85)
Outros	(2)	(48)	(670)	(213)
	<u>(110)</u>	<u>(121)</u>	<u>(14.290)</u>	<u>(7.128)</u>
Custo dos serviços prestados	-	-	(13.455)	(6.269)
Despesas gerais e administrativas	(110)	(121)	(835)	(859)
Total	<u>(110)</u>	<u>(121)</u>	<u>(14.290)</u>	<u>(7.128)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas com alienações de ativos financeiros, e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>	<u>Consolidado</u> <u>2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicação	598	29	887	288
Variações monetárias	5	-	69	48
	<u>603</u>	<u>29</u>	<u>956</u>	<u>336</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Tarifas bancárias	-	(42)	-	(47)
Juros sobre debêntures	(14.875)	(5.620)	(14.875)	(5.620)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis	-	-	(1.609)	(1.514)
Comissionamento	(1.569)	(1.615)	(1.569)	(1.615)
IOF/IOC	(1.907)	(1)	(1.914)	(2)
Outras despesas financeiras	(1.493)	-	(1.533)	(611)
	<u>(19.844)</u>	<u>(7.278)</u>	<u>(21.500)</u>	<u>(9.409)</u>

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante adequado aos possíveis riscos da atividade profissional bem como de seus ativos, com base na avaliação dos seus consultores de seguros.

	Limite máximo de cobertura	Prêmio líquido	Vigência
Responsabilidade Civil Geral	50.000	63	1/10/2025 a 1/10/2026
Responsabilidade Civil (Conselheiros, Diretores e/ou Administradores)	47.361	118	1/1/2025 a 1/1/2026

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não incluiu a emissão de opinião sobre a suficiência de cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, não estão refletidas na respectiva demonstração dos fluxos de caixa:

Controladora e Consolidado

Reorganização societária (nota explicativa nº 1) (i)	142.087
Cessão de crédito	26.599
Efeito não caixa do Investimento	168.686
Reorganização societária (nota explicativa nº 1)	(142.087)
Cessão de crédito	(26.599)
Efeito não caixa do aumento de capital	(168.686)

Consolidado

Fornecedores	214
Passivo de arrendamento	118
Efeito não caixa do imobilizado	(332)

- (i) O montante de R\$142.087 representa o acervo líquido (nota explicativa 1) deduzido do advindo das entidades incorporadas, recebidos em contrapartida ao aumento de capital das entidades.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram transações não caixa.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes entre 31 de dezembro de 2025 e a data de emissão das demonstrações financeiras que necessitem divulgação.